

A EDUCAÇÃO À LUZ DE KARL MANNHEIM: ANOTAÇÕES E REFLEXÕES

Education in the light of karl mannheim: notes and reflections

Erenildo João Carlos¹
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

São diversas as concepções e modos clássicos e contemporâneos de abordar a educação. No quadro desse horizonte teórico, encontra-se o ponto de vista sociológico de Karl Mannheim. Assentado nesse lugar, o propósito desse texto é comunicar a sistematização de algumas anotações e reflexões, resultantes do estudo da educação nesse pesquisador. O exame das contribuições do autor acerca da educação, como um fenômeno que integra a estrutura social e histórica da sociedade, aponta que, na ótica sociológica, problematizá-la pressupõe adotar algumas estratégias. No caso deste estudo, segui as seguintes: primeiro, busquei conhecer e assinalar determinados parâmetros que orientam e fundamentam o pensamento sociológico do investigador em tela. Em seguida, considerei a ideia de que a educação é, para o autor, parte constituída e constituinte da sociedade em geral. E, por fim, apontei que, para ele, a educação se efetiva na interação concreta entre o indivíduo e o grupo a que pertence. À luz de Karl Mannheim, portanto, constatei que a educação é, por excelência, uma experiência cotidiana, imediata, sempre vivida em comunidade. Seria, precisamente assim nesse lugar, que tanto o indivíduo pode reconhecer pessoal e subjetivamente, quanto a sociologia conhecer, metodicamente, a presença efetiva dos processos educativos formativos, como uma estrutura social relevante, definidora da existência individual e coletiva das pessoas e da sociedade.

Palavras-chave: Educação. Sociologia da educação. Karl Mannheim.

1 INTRODUÇÃO

Não quero, no contexto deste texto, fazer uma discussão da concepção de educação de Karl Mannheim em relação a outras, de modo que apontasse realizar uma espécie de estudo comparativo, cujo resultado seria a elaboração de um quadro

¹ Pedagogo, Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor da Graduação e Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, lotado do Departamento de Fundamentação da Educação – DFE. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Discurso e Imagem Visual na Educação – GEPDIVE. E-mail: erenildojc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7272-2748>.



representativo das concepções sociológicas da educação e de sua presença singular no espaço teórico-epistemológico da educação atual. Tampouco pretendo resenhar um de seus escritos, mais precisamente, o que foca na problemática da educação, qual seja, *Introdução à sociologia educacional*, organizado por seu amigo e aluno W.A.C. Stewart, publicado por volta de 15 anos depois de sua morte em 1947². Também não desejo mapear o que escrevera sobre a questão da educação em suas diferentes produções.

Com efeito, em certa medida, suas produções apontam uma série de estudos e de reflexões sociológicas que tocam direta ou indiretamente sobre o fenômeno educativo, os quais podem ser encontrados nos escritos que produziu, a exemplo de *Ideologia e Utopia* (1924), *O Problema da Sociologia do Conhecimento* (1925), *Ensaio de Sociologia da Cultura* (1956) e, sobretudo, no livro *Introdução à sociologia educacional* (1962). Neles, pode-se encontrar o registro de análises, argumentos, conclusões e proposições de Karl Mannheim que conferem visibilidade e relevância à educação, não somente como um objeto de investigação sociológica, mas também como uma estrutura sociocultural e ideopolítica fundamental no e para o desenvolvimento do tipo de sociedade que se pretende construir, instituir, implementar.

Embora os propósitos elencados não sejam os meus, não custa reconhecer que eles são relevantes. Excelentes balizas para se organizar uma agenda de estudo sobre a educação em Karl Mannheim, sobretudo em se tratando da rarefeita presença de referências teóricas sobre ele no debate concernente às tendências pedagógicas da educação brasileira.

Fato que pode ser conferido em estudos que marcaram época, desenhando a diversidade de cenários e territórios teórico-sociológicos acerca da educação. Lembrome, aqui, das emblemáticas e exemplares publicações brasileiras: *Escola, Estado e sociedade* (Freitag, 1980), *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos* (Libâneo, 1985), *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (Saviani, 2011) e *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* (Silva, 2010). Clássicos livros da literatura educacional brasileira que se ocuparam em

² Aqui, utilizo, como fonte, a terceira edição do livro publicado no Brasil pela Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, em 1974, com tradução de Octávio Mendes Cajado.

sistematizar abordagens e concepções de educação, isto é, em elaborar e apresentar quadros teóricos representativos no rol de possibilidades de entendimento da prática educativa escolar e de suas relações com a sociedade.

Com efeito, como eu disse, enfatizo, em outros termos, que não pretendo discutir a relevância dos estudos de Karl Mannheim no quadro das tendências sociológicas da educação (Dewey, 1977; Durkheim, 1977). Menos, ainda, realizar um exame crítico da singularidade de sua concepção, identificando-a e localizando-a no seio das denominadas concepções conservadoras da educação. Perspectiva que tipifica a concepção de educação de Karl Mannheim como um dispositivo de manutenção da ordem social vigente, situando-a, assim, no campo teórico sociopedagógico, que aborda a relação entre educação e sociedade numa perspectiva conservadora.

Aqui, percorro outra trilha de reflexão, de estudo e de investigação. Caminho que expressa minha vontade de saber acerca do pensar teórico de Karl Mannheim a respeito da educação e, mais precisamente, sobre a especificidade de seu entendimento da educação como um fenômeno social e histórico. Anoto que o meu interesse é de cunho teórico-epistemológico, não ideopolítico-pedagógico, vez que foco minha atenção em assinalar, a partir desse autor, o caráter sócio-histórico da educação, enquanto um aspecto da realidade constituído e constituinte da sociedade.

2 A PROPÓSITO, POR QUE ESTUDAR A EDUCAÇÃO NA ÓTICA DE KARL MANNHEIM?

Quero começar a escrita deste texto, chamando a atenção para uma questão que poderia ser formulada pelo leitor, a respeito das razões de eu percorrer a referida trilha. Sem querer ir muito longe, apresentarei, sucintamente, alguns porquês que, a meu juízo, justificam minha decisão.

Em primeiro lugar, Karl Mannheim foi um sociólogo que, dentre outros assuntos, se ocupou com a questão da educação. Como sociólogo, ele nos proporcionou entender a importância da Sociologia como disciplina ou campo de investigação, situado na área das ciências sociais e humanas, ressaltando a relevância do estudo dos clássicos da respectiva disciplina e área, os quais servem tanto de parâmetros teóricos gerais, acerca de uma série de noções, conceitos, teorias e procedimentos analíticos basilares, quanto de



especificidade das reflexões, estudos e investigações que os estudos clássicos realizaram sobre a educação e suas implicações efetivas nos processos concretos de constituição da individualidade das pessoas, dos coletivos e das formações sociais vigentes.

Em segundo lugar, vale destacar que escolhi Karl Mannheim como foco de meu interesse porque, como eu dissera, ele foi um sociólogo que, em determinado momento e a seu modo, assumiu a educação como objeto de suas inquições. Ao problematizá-la, à luz do lugar teórico em que se encontrava, ele acabou por trazer à baila um conjunto de aspectos sociais e históricos, imprescindíveis ao entendimento da educação como estrutura social particular e de sua relação com a sociedade (Mannheim, 1986). E acentuou, nesse caso, algumas implicações efetivas e usos concretos da educação no contexto societário no qual ela se encontra inserida, a exemplo de seu emprego na planificação de ações que visam à democratização da sociedade e da ciência.

Em terceiro lugar, parece-me que pensar à luz de Karl Mannheim, conferindo visibilidade as suas problematizações acerca da educação e de seus nexos com a sociedade, é buscar entender o pensamento sociológico e a importância de seus clássicos para a educação, trazendo à baila a especificidade dos achados do próprio Karl Mannheim a respeito do fenômeno educacional e de suas imbricações concretas com as sociedades contemporâneas, vez que, enquanto pensador e estudioso do século XX, ele estava implicado, crítica e existencialmente, com as questões de seu tempo, a exemplo do exame criterioso dos nexos entre a educação e as formas planificadas do nazifascismo e de sua superação histórica (Mannheim, 1982).

Assim posto, parece-me que, ao acentuar algumas de suas contribuições, acabo indo um pouco além do que pretendo, de fato, tratar neste escrito, pois, querendo ou não, vejo-me tocando, correlativamente, na relevância desses três aspectos, com os quais me deparo quando discuto, teórica, pedagógica e politicamente, a questão da educação no quadro geral das tendências sociológicas da educação brasileira.

Em outras palavras, ao afirmar a importância da Sociologia, enquanto um fundamento teórico do pensar-fazer do educador e do pesquisador, ou, ainda, ao investigar as dimensões ontológicas sociais e históricas da educação, as quais definem a particularidade de seu modo de ser peculiar, enquanto fenômeno e estrutura social, acabo



explicitando o reconhecimento de que as reflexões e estudos sociológicos da educação de Karl Mannheim oferecem balizamentos importantes para se afirmar o valor de se estudar os clássicos das ciências sociais e da sociologia da educação, bem como de construir saberes, concepções, representações, percepções e interpretações, a respeito da educação, que tenham seu assento na objetividade de sua existência concreta, em vez de tratá-la como algo abstrato, ideal e opinativo.

O que digo se torna mais evidente quando conhecemos que Karl Mannheim foi um sociólogo húngaro, que viveu entre o final do século XIX e o início do século XX. Que, antes de seu falecimento em 1947, foi forçado a buscar exílio na Inglaterra, por pertencer ao povo judeu. Exílio que aconteceu em razão de ter vivido em um período da história europeia, no qual ocorreu a ascensão do nazifascismo na Alemanha e na Itália. Nessa conjuntura, Adolf Hitler assumiu o poder alemão, impondo, a ferro e fogo, uma política de governo necrófila, que subjugou o Estado e a sociedade civil aos ditames de uma concepção de mundo e uma sociabilidade profundamente contrárias à dignidade humana, aos modos de vida judaico-cristãos e a todos/as que se colocavam desalinhados/as dos horizontes ideopolíticos e culturais que buscavam difundir e implementar na Alemanha e circunvizinhança³. Foi nesse cenário que Karl Mannheim viveu.

Ademais, parece-me esclarecedor frisar mais dois aspectos que me motivaram a sistematizar suas reflexões sobre a educação. O primeiro consiste no reconhecimento de Mannheim da Sociologia como um fundamento teórico, que auxilia o educador a pensá-la, abordá-la e tratá-la de modo intrinsecamente articulada ao complexo social no qual ela se encontra, concreta e objetivamente, inserida, tecida, produzida, articulada e implicada.

O segundo diz respeito ao fato de que, ao entendê-la como uma prática situada social e histórica, Karl Mannheim conferiu visibilidade a uma série de aspectos da articulação e da implicação entre educação e sociedade. Conexões que potencializam o entendimento e o conhecimento da educação, como uma dentre outras estruturas sociais,

³ Outras informações sobre a vida e as obras do autor, consultar a wikipédia, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Mannheim. Acesso em: 24 mar. 2025.



a qual é expressão da sociabilidade humana e um dispositivo de constituição do indivíduo e da própria dinâmica histórico-cultural societária.

Com efeito, embora não seja tipificado como sendo um sociólogo da educação, assim como outros investigadores, localizados no espectro das ciências sociais e humanas, ou, mais precisamente, enquanto pesquisador do campo das ciências sociais, como eu dissera, Karl Mannheim flertou com a questão da educação, tecendo sobre ela uma série de reflexões sociológicas, registradas em vários de seus textos, ensaios livros, os quais, direta ou indiretamente, trataram da educação, enquanto uma prática social particular, ou acerca de algum de seus aspectos e nexos socioculturais.

Pode-se dizer que um dos lugares onde as reflexões, análises, ponderações e proposições de Karl Mannheim se encontram registradas e sistematizadas é o livro *Introdução à sociologia educacional*, publicado em 1962. Nele, evidencia-se a presença da problemática da educação, enquanto um objeto situado no território das relações sociais, implicado na constituição de sujeitos modernos e do desenvolvimento da sociabilidade democrática, moderna e civilizada de então.

Certamente, são vários os escritos de Karl Mannheim nos quais a educação é posta como uma problemática a ser pensada, tratada, investigada e implementada à luz da sociologia. Nessa perspectiva, o autor a concebe como uma estrutura, integrante e constituinte da sociabilidade humana, sobre a qual, por essa razão, deve-se depositar uma atenção peculiar para que ela possa ser conhecida em seu modo particular sociocultural de existência, assim como a função social que lhe é própria desempenhar, enquanto força, dispositivo, técnica ou estratégia intrinsecamente implicada na configuração da dinâmica social das relações socioculturais e ideopolítica das formações sociais humanas contemporâneas.

3 PARÂMETROS TEÓRICO-PRÁTICOS DO PENSAR SOCIOLÓGICO DE KARL MANNHEIM

Preliminarmente, não custa dizer que a ideia de parâmetro se encontra, estritamente, associada à de referência, à luz do que se busca conhecer, analisar, problematizar ou abordar. Mesmo que não esteja, explicitamente, posto em um texto ou

pronunciamento, o parâmetro é um pressuposto sempre presente, por meio do qual se orienta o que se diz a respeito de algo, assim como o modo de dizê-lo.

Com efeito, embora nem sempre reconhecido pelo leitor ou interlocutor, o parâmetro é uma referência por intermédio da qual se procede desta ou daquela maneira. Essa conotação do termo parâmetro integra o conteúdo semântico de palavras e expressões, que ouvimos ou empregamos, tais como ‘paradigma’, ‘princípio’, ‘critério’, ‘perspectiva’, ‘ponto de vista’, ‘lugar de fala’, ‘fundamentação teórica’, ‘quadro teórico’, e assim por diante.

Conhecê-lo, portanto, é de suma importância, pois o parâmetro adotado confere inteligibilidade à produção e à comunicação da concepção, saber, representação, sentido, significado ou conhecimento que é elaborado e compartilhado a respeito de algo investigado, percebido e observado.

No caso do pensar sociológico do autor, a respeito da educação, não seria diferente. Assim sendo, considero necessário apontar alguns parâmetros que estruturam seu pensar sociológico. Isso permite que seja entendido, minimamente, o modo como ele tratou e registrou seus achados sobre o referido tema, assim como concebeu e descreveu a função social que ela desempenha na sociedade.

Assim, fica anotado que o conhecimento dos parâmetros acionados e empregados por Karl Mannheim é relevante para entendermos a importância dos clássicos, da sociologia, assim como das investigações que ele empreendeu sobre os temas e objetos de seu interesse, dentre os quais, a educação. Em razão dos limites deste texto, destacarei somente três, que atravessam e constituem seu modo de pensar: a) Sociologia, ciência e conhecimento, b) Fenômeno e estrutura e c) Indivíduo e grupo social.

a) Sociologia, ciência e conhecimento

Considerando a noção de parâmetro, explicitada anteriormente, inicio mencionando um que, a meu ver, parece ser o mais óbvio, qual seja, o modo de pensar, examinar e abordar os aspectos constituintes dos acontecimentos, processos e práticas

socioculturais, assumido por Karl Mannheim, é o sociológico. Ora, assim sendo, o que ele seria, precisamente, segundo Karl Mannheim?

Ao discorrer sobre esse assunto, nos escritos que mencionei na introdução deste texto e em particular no capítulo I, denominado ‘Abordagem preliminar do problema’, do livro *Ideologia e utopia* (1986), verifica-se que de Karl Mannheim nos oferece uma série de noções e argumentos que desconstrói a aparente obviedade, que assinalei anteriormente. Isso porque, segundo ele, o pensar sociológico se configura, de um lado, como uma singularidade que demarca sua diferença em relação a outros modos de pensar, situados no espaço das ciências sociais e humanas, a exemplo da filosofia, da psicologia e da história.

De outro, Karl Mannheim entende que o pensar sociológico caracteriza-se, essencialmente, como um ponto de vista científico a respeito da realidade social, concretizada e manifesta nas experiências, nos eventos e nas dinâmicas cotidianas que envolvem e circundam os indivíduos, que invadem e condicionam suas vidas, que atravessam e constituem, empírica e existencialmente, situando-os e localizando-os em diversos e diferentes tempos e espaços históricos, nos quais estão implicados.

Assim, o pensar sociológico acentua tanto sua diferença com outros modos integrantes do campo das ciências sociais e humanas, com os quais dialogam, aproximam-se, encontram-se, complementam-se, quanto se caracteriza como sendo um modo de pensar significativa e profundamente distante do senso comum, vez que ele seria constituído por uma compreensão do mundo marcada por uma série de elementos interpretativos de caráter opinativo, empírico, casual, fragmentado, assistemático e superficial, os quais teceriam a subjetividade de quem se encontra envolvido, implicado e enquadrado na moldura da imediaticidade da experiência.

O distanciamento do pensar sociológico em relação ao senso comum é algo que merece um acento, isso porque, enquanto científico, ele é definido como metódico, com fundamentos assentados em parâmetros teórico-conceituais conscientes e explícitos, bem como em procedimentos rigorosos de análise e descrição dos objetos e das fontes, dispositivos que mediam o tratamento dos fenômenos, erigidos como objetos do conhecimento, potencializando a investigação dos elementos estruturantes do modo de

existência particular dos aspectos da realidade transformados em objeto da curiosidade do pesquisador.

Considerando o exposto, pode-se dizer que, para Karl Mannheim, o pensar sociológico se movimenta entre a aparência e a essência do fenômeno, entre a superficialidade do que aparece na experiência e a profundidade do que a sustenta; entre a imediaticidade empírica do que se manifesta na superfície e os aspectos que mediam a tessitura das determinações estruturais e específicas de cada evento. Move-se, portanto, nos limites e nas fronteiras do espaço que liga a percepção empírica dos casos fenomênicos isolados e fragmentados da experiência cotidiana, às relações, invisíveis à observação dos olhos, que produzem, social e historicamente, as múltiplas determinações do que faz com que um fenômeno seja o que ele é, e não outra coisa.

Assim sendo, observa-se que o horizonte epistemológico do pensar sociológico, sendo científico por natureza, parte do fenômeno em si, de sua imediaticidade empírica, ou da percepção e opinião fortuita do senso comum. Parte, frisemos, mas não permanece neles. Deslocando-se para além deles, operando distintos tipos e níveis de distanciamentos, de fissuras, de rupturas, de inflexões na percepção, na opinião e na interpretação do senso comum acerca dos eventos fenomênicos vividos, sentidos e experienciados pelas pessoas.

Para além da subjetividade, das vontades e visões de mundo pessoais, o pensar sociológico busca o conhecimento da objetividade da existência das coisas, ou seja, dos complexos de relações que estruturam o fenômeno. Buscando investigar a particularidade social e histórica que estrutura o determinado fenômeno, o pensar sociológico visa compreendê-lo, interpretá-lo, analisá-lo, descrevê-lo, explicá-lo em sua objetividade, a fim de falar sobre ele com conhecimento de causa.

Se, de um ponto de vista epistemológico, a finalidade do pensar sociológico é a produção do conhecimento acerca da objetividade do que se coloca na realidade empírica e imediata, a fim de explicá-la, a partir do que ela é (Mannheim, 1974a), do ponto de vista político, o conhecimento produzido, cientificamente, sobre um objeto determinado, visa potencializar o agir humano no sentido de dirigir democraticamente a conduta dos indivíduos e dos grupos sociais, assim como do desenvolvimento sociocultural em

patamares civilizatórios mais evoluídos, historicamente, que superem as situações ditatoriais nazifascistas, instauradas na Europa na primeira metade do século XX.

Nesse sentido, o conhecimento seria fim e meio. Um fim epistemológico, assumido pelo pensar-fazer sociológico. Um meio político, mediante o qual se exerceria uma série de práticas planejadas de governo e de Estado, que pudessem, de modo mais eficiente e consequente, legitimar e implementar o projeto de sociedade que se deseja instaurar.

b) Fenômeno e estrutura

Outro aspecto interessante da perspectiva sociológica, assumida por Karl Mannheim, é o emprego das noções teórico-epistemológicas, quanto a fenômeno e estrutura, no processo de refletir e problematizar os acontecimentos e as práticas cotidianas de indivíduos e de grupos, partícipes de um determinado campo da dinâmica social.

Sabe-se que a experiência e a vivência diária colocam, para cada um de nós, uma série de problemas imediatos, os quais aparecem sempre em situações e circunstâncias concretas. O que se põe diante de nós, aos nossos sentidos e observações, é o que seria nomeado de fenômeno – ou realidade fenomênica. Assim, na imediaticidade de seu aparecimento, não há como saber, à primeira vista, o que a produziu, vez que sua casualidade e circunstancialidade não oferecem as informações necessárias para que sejam entendidas e compreendidas as razões de seu aparecimento e das implicações efetivas, que lhe são correlatas, sejam as que incidem diretamente sobre o indivíduo, seja sobre o grupo e a sociedade em geral.

O fenômeno seria, portanto, tudo aquilo que aparece no aqui e no agora do tempo presente de uma situação determinada, imediatamente vivida. Por isso mesmo, possível e passível de ser sentida, percebida e observada, diretamente por aqueles e aquelas que se encontram envolvidos, ou mediamente pelo investigador. Assim sendo, embora a realidade seja objetivamente algo que se coloca diante de nós (indivíduo/grupo/sociedade) de modo fenomênico, ela sempre se expressa com existência própria, independente de nós, de nossa vontade e nosso desejo. Não obstante esse caráter

objetivo do fenômeno, a apreensão, a percepção, a interpretação e a formulação do aspecto manifesto da realidade sempre estarão intrinsecamente associadas à subjetividade individual e coletiva dos que se relacionam com ela e ele.

Em face do exposto, pode-se concluir que a subjetividade do senso comum, constituída a partir do fenômeno, tem como parâmetro a imediaticidade, a casualidade e a circunstancialidade da realidade posta, enquanto fenômeno. Em razão da realidade fenomênica sempre de modo determinado e diferente para uns e outros, por conta das circunstâncias de seu aparecimento e da maneira como o indivíduo/coletivo se relaciona com ela, pode-se dizer que o senso comum é, concomitantemente, um misto de elementos objetivos, pois ele se refere ao que está aí, diante de nós e independente de nós, e subjetivos, por ser sempre acessado, elaborado e tecido, por meio do que podemos perceber e observar no fenômeno, ou seja, na maneira como a realidade se apresenta para nós, mediada pela contingência daquilo com que nos deparamos e do que enxergamos no fenômeno.

Ora, se uma realidade qualquer sempre se apresenta na imediaticidade de uma situação concreta e empírica, aparentemente solta, desconexa de outros aspectos do contexto, da dinâmica social, da história, o fenômeno seria um fragmento de um todo desconhecido. Uma parte de um todo percebida isoladamente, sem conexão com outras partes e com o todo, vez que não seria possível perceber ou observar nem a essência da parte visível da realidade nem o todo do qual ela participa diretamente na aparência imediata, fragmentada, isolada e casual do fenômeno. Por isso, faltariam, ao senso comum, os elementos essenciais, responsáveis pela estruturação da existência objetiva da realidade. Faltaria o conhecimento da conexão estrutural entre as partes e o todo do qual ela e outras partes são integrantes.

Nessa ótica, entende-se porque o fenômeno é, em si mesmo, incognoscível. Ou seja, impossível de ser percebido, apreendido, interpretado, compreendido e conhecido em sua existência complexa. Para conhecer seu aparecimento, é, portanto, necessário que seja acessado o que o constitui, isto é, sua essência. Aquilo que estrutura a realidade observada, o que, efetivamente, faz ser aquilo que se experimenta, o que ele/ela é, o que permite que tal ou qual realidade se manifeste dessa ou de outra maneira.

Ao pensar para além do senso comum, o ponto de vista sociológico não se ocuparia com o fenômeno de uma realidade determinada, mas com sua estrutura, ou seja, com aquilo que, de fato, funciona como as condições de possibilidade da existência da realidade imediatamente posta. Desse modo, diferentemente do senso comum, a estrutura não seria entendida como algo casual, imediato, aparente, algo isolado e fragmentado, mas causal, mediado e essencial, constituído por uma série de relações de uma coisa com outras coisas, as quais tecem a complexidade estruturante da particularidade fenomênica da realidade imediatamente observada e percebida pelo senso comum.

Sendo um ramo das ciências sociais, a sociologia, enquanto ciência, é, para Karl Mannheim, uma compreensão científica da realidade que opera um deslocamento do aspecto fenomênico da realidade para os elementos mediados que organizam sua estrutura, tendo em vista conhecer, explicar e demonstrar as razões pelas quais o que parece ser é assim, e não de outro modo.

Esse processo ocorre mediante uma investigação cuidadosamente metódica que parte da manifestação simples, isolada, parcial, fragmentada e imediata do fenômeno para o nível da complexidade da estrutura a realidade, que aparece nas situações e circunstâncias, vividas cotidianamente por cada um de nós.

No curso da superação das percepções e representações imediatas do senso comum, as noções teóricas de fenômeno e estrutura se apresentam como categorias fundamentais da sociologia desejada e praticada por Karl Mannheim. Ao se empregar tais noções como parâmetro de análise da realidade, seria possível superar a subjetividade do saber de experiência e alcançar o conhecimento do que as coisas são objetivamente.

c) Indivíduo e grupo social

Acrescenta-se ao parâmetro teórico-epistemológico expresso nas noções de fenômeno e de estrutura o pressuposto do indivíduo visto como um ser socialmente situado em determinados grupos sociais concretos. Essa discussão pode ser encontrada no capítulo 2, 'O problema da 'intellelligentsia': um estudo de seu papel no passado e no presente', do livro *Sociologia da Cultura* (Mannheim, 1974). Nesse escrito, o autor discorre sobre a problemática dos grupos sociais, enunciando a ideia de que o grupo é o

lugar no qual o indivíduo nasce e aprende a ser o que é, ou deseja não ser. Nele constitui sua subjetividade, sua visão de mundo, sua identidade cultural e suas opiniões pessoais.

Para Karl Mannheim, o grupo é uma estrutura social simples, que se apresenta imediata e empiricamente para o indivíduo, por meio da experiência e vivência cotidiana efetiva. Nessa perspectiva, o indivíduo não é identificado nem descrito a partir da ideia genérica de seu pertencimento à espécie humana. Muito menos, ainda, de sua origem, de sua classe social. Nem uma coisa nem outra. Karl Mannheim prioriza a identidade familiar do indivíduo à que pertence por nascimento ou escolha, por isso, ele é descrito como um ser situado no espaço sociocultural concreto de determinados grupos sociais: a família, a comunidade, a escola, o partido, a fábrica, a instituição religiosa, enfim.

O indivíduo não seria, portanto, um ser abstrato, desencarnado do mundo concreto. Não seria um ser isolado e distante dos lugares sociais de sua vivência efetiva. Desse modo, sua existência e subjetividade estariam intrinsecamente imersas nos tempos e lugares, situações e circunstâncias, nos quais experimenta e vivencia a dinâmica coletiva. Seu estar no mundo seria sempre vivido com outros indivíduos, com os quais interage comunitariamente e intercambia a cultura que lhe é própria.

Ao considerar esse pressuposto, Karl Mannheim reconhece que a subjetividade do indivíduo, seja lá qual for o seu conteúdo e a marca pessoal que cada uma possa ter, sua origem, encontra-se no contexto concreto do ambiente social e histórico que lhe é familiar e que constitui a dinâmica de vida, própria do grupo e da sociedade a que pertence. É, precisamente, nela e nele que o pensar sociológico busca encontrar as fontes, as justificativas e as explicações das formas individuais e pessoais de pensar e agir, de sentir e de se comunicar, de criar e inventar.

Na relação que o indivíduo tem comunitariamente com seu grupo e de seu grupo com outros, tanto suas formas de pensamento e de ação, definidoras de sua existência e identidade, quanto seus problemas existenciais emergem, bem como a busca das possíveis soluções para resolvê-los, os conceitos e as hipóteses de enfrentamentos dos desafios que aparecem envoltos nas situações e circunstâncias coletivas, nas quais ele se encontra envolvido e implicado.



Portanto, seria na objetividade e na concreticidade das experiências cotidianas que se encontrariam os marcadores temporais e espaciais específicos dos dilemas e desafios dos indivíduos. Precisamente aí, que eles desenvolveriam seus gostos e preferências, criariam e elaborariam formas de entendimento acerca das coisas e descobririam e produziram estratégias de adaptação e de mudança, visando manter ou modificar a ordem dominante vigente nas circunstâncias, coletivamente compartilhadas.

É, portanto, na particularidade do espaço-tempo social de uma cultura que o constitui que o indivíduo vive e convive com os outros, experimentando uma sociabilidade comum, constituída por um horizonte coletivamente compartilhado, de conflito e de convivência, cujos limites e fronteiras subjetivas e objetivas se encontram delineados por uma série de conexões que entrelaçam concepções de mundo, valores, sentidos, significados, percepções, verdades, discursos e saberes distintos, consensuados ou em disputa, que existem e coexistem, antes mesmo do nascimento do indivíduo, configurando-se como uma espécie de herança, adquirida involuntária e coletivamente por ele e seu grupo, ambos integrantes e partícipes de uma organização societária determinada.

O saber que temos ou deixamos de ter, a visão que desenvolvemos ou somos impedidos de aprender, os valores que assumimos como nosso ou rejeitamos como estranhos, as escolhas, as alternativas e as formas de ação que decidimos realizar, ou não, empreender, somente são possíveis no seio dos lugares que ocupamos, por nascimento e posicionamentos ideopolíticos.

Portanto, subjetividade e individualidade são representações do mundo concreto, de circunstâncias e de situações compartilhadas, de convívio comunitário com o outro. Em outros termos, o indivíduo, para Karl Mannheim, é um ser situado, datado, localizado, circunstanciado, imerso em uma coletividade. Por isso mesmo, suas ideias, percepções, opiniões, saberes, valores, visões e concepções de mundo não são somente suas. Ao contrário, são compartilhadas, pois integram um acervo cultural de seu tempo, lugar e história.

Em suma, a subjetividade do indivíduo seria, Para Karl Mannheim, forjada no interior de sua participação concreta da objetividade da vida coletiva que compartilha

com outros, com os quais convivem, coexistem, cooperam ou conflituam. Outros de seu tempo presente ou passado, dos lugares próximos ou distantes com os quais se conectam ideal ou empiricamente. O indivíduo e sua subjetividade é o que sua história e sociabilidade grupal permite que sejam. Conhecer essa relação e implicação é a condição necessária do pensar sociológico, assumido por Karl Mannheim.

Certamente, pelas razões expostas, Karl Mannheim reconheceu que um parâmetro definidor do pensar sociológico baseava-se no pressuposto do indivíduo como um ser encarnado no mundo. Por isso mesmo, considerou que, no exame científico de suas percepções e saberes, deve-se aceitar a tese de que eles emergem e se constituem no espaço do mundo fenomênico que o circunda, envolve-o e o subjuga. Desse modo, ele entendeu que a subjetividade do indivíduo singular não é uma manifestação isolada do mundo, nem fantasias e abstrações de sua criatividade e intuições oníricas.

4 A EDUCAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL E HISTÓRICO

Após tocar em alguns pressupostos que fundamentam o pensar sociológico assumido por Karl Mannheim, ocupo-me, nesse ponto, em pinçar um desenho inacabado de seu entendimento a respeito da educação, de suas conexões com a estrutura societária da qual ela faz parte, assim como de possíveis funções que ela pode desempenhar em determinados contextos societários.

Dito isso, inicio meu desenho partindo de um traço básico que indica uma obviedade sociológica, presente na constituição da concepção de Karl Mannheim, acerca da educação, com a qual opero uma espécie de desdobramento em minha reflexão. A que obviedade me refiro? À evidência de que a educação é uma estrutura particular constitutiva da realidade social e histórica de qualquer organização societária e de que ela se apresenta na experiência cotidiana do indivíduo e de seu grupo social, como fenômeno singular. Ou seja: enquanto parte singular integrante do espectro geral da sociedade, a educação possui um modo sociocultural próprio de ser, de funcionar e se relacionar com a formação societária que integra. Sendo parte do todo, ela é, concomitantemente, constituída pela sociedade e constituinte dela (Mannheim, 1982).

Considerando essa ideia preliminar, desdubro alguns aspectos derivados dela. O primeiro que desejo assinalar é sua incidência sobre o senso comum. Em tópicos anteriores, mencionei que o pensar sociológico busca se distanciar do saber comum, geralmente, pautado na experiência cotidiana.

Ao aparecer, precisamente assim, socialmente, como fenômeno particular, a educação se apresenta na imediaticidade da vivência do indivíduo como um acontecimento pontual, isolado e fragmentado, indicando, de certo modo, que é a expressão aparente da essência de uma estrutura determinada, cuja regularidade pode ser identificada, descrita e explicitada, em razão de sua materialidade se encontrar presente na dispersão de uma série correlata de eventos concretos. Nesse sentido, nota-se que há, na ótica de Karl Mannheim, uma íntima relação entre fenômeno e estrutura, entre aparência e essência.

Portanto, de um ponto de vista fenomênico, afirmar que a educação é 'parte constitutiva da sociedade' significa, ao fim e ao cabo, reconhecer que sua estrutura tem uma existência fática e empírica na dinâmica da vida cotidiana dos indivíduos. Fática, porque se encontra colocada na realidade enquanto algo que existe independente da consciência e da vontade individual e, mesmo, da coletiva. Empírica, porque ela é uma estrutura que se manifesta e se apresenta enquanto fenômeno, cujo aparecimento ocorre de uma maneira passível de ser observada, vista, sentida, verificada e demonstrada concretamente na imediaticidade cotidiana das vivências próprias de cada indivíduo.

Decorrente do caráter factível e empírico da educação, encontra-se o reconhecimento de que seu traço social fenomênico seja de fácil observação e compreensão para o senso comum, vez que se encontra inscrito no contexto empírico da experiência cotidiana de cada um de nós. Facticidade fenomênica, essência que se mostra, podendo ser verificada e confirmada, de formas múltiplas, diretamente ou quando ativamos os dispersos fragmentos de nossas vivências individuais e coletivas, presentes em nossa memória singular e comum.

O segundo desdobramento que quero destacar consiste na compreensão, derivada do pressuposto anterior: a experiência singular da educação é constatada pelo indivíduo, precisamente, porque ele existe como sujeito social concreto. Imerso no cotidiano do

mundo dos fenômenos a que pertence, constrói, a partir dele e nele, sua opinião a respeito de um assunto qualquer, a exemplo da questão educativa. Opinião construída socialmente, a partir de um conjunto determinado de saberes, conscientes ou não, os quais lhe permitem esboçar e elaborar, pessoal e subjetivamente, sua visão e posição, sempre em função de seu envolvimento com o grupo social a que pertence.

Ao constituir sua opinião com base na certeza advinda de experiência cotidiana e na confirmação do senso comum sobre o assunto específico em questão, o indivíduo assume a perspectiva de que, ao dizer algo sobre ela, falaria com conhecimento de causa. Para tanto, bastaria que ele acionasse suas lembranças e saberes prévios, disponíveis no acervo pessoal, coletivo e comunitário disponível.

Deriva de tal entendimento a ideia de que uma opinião determinada sobre um certo assunto, inspirada no senso comum, pressupõe que as lembranças cotidianas e gnosiológicas, que alguém tenha a respeito de algo, servem como fontes seguras e suficientes, a partir das quais o indivíduo tanto justificaria quanto fundamentaria sua concordância sobre a legitimidade existencial de algum fenômeno e de suas funções sociais.

Em face da especificidade desse desdobramento, acentuo a conclusão sociológica de que, para o senso comum, a experiência cotidiana do indivíduo ou de uma coletividade determinada dispõe de informações relevantes sobre certos aspectos da realidade, o que lhe permite rejeitar a insinuação de que, por exemplo, a educação seja algo abstrato, fantasioso. Em outras palavras, a experiência cotidiana do fenômeno educacional possibilita, em sua imediatividade, reconhecer que ela não é uma espécie de produto da imaginação criativa de alguém em particular ou da engenhosidade ideológica coletiva de um grupo social qualquer, cujo inconsciente coletivo sedimentaria e compartilharia a crença tácita da existência e dos fins sociais da educação, que circulam no contexto da sociedade da qual ele faz parte.

Ora, se o indivíduo sabe, por experiência, que a educação e sua função social se apresentam como um fato observável, como algo presente em sua experiência subjetiva, direta e individualmente vivida, constata também, pela mesma via, que ela é, objetivamente, um acontecimento interpessoal, compartilhado com outras pessoas em

contextos diversos. Isso denota que o que o senso comum diz sobre ela não é dito em função de uma visão assentada tão-somente no terreno da livre expressão de opinião, marcadamente de caráter individual, mas, ao contrário, estaria situada no espectro de um saber coletivo.

Decorre, portanto, do elenco desses pressupostos, uma dupla constatação fenomênica sobre a educação: primeiro, a de que ela é uma experiência direta e individual; segundo, a de que ela é coletiva e diversa, pois, enquanto indivíduo concreto singular, cada um vive, coletivamente, a experiência cotidiana da educação em diferentes lugares e circunstâncias. O saber comum que se tem da educação é, portanto, concomitantemente individual/subjetivo e coletivo, objetivamente resultantes de vivências compartilhadas.

Do que fora dito, deriva um terceiro desdobramento sociológico: no nível do senso comum, encontra-se o conhecimento tácito de que a educação é algo real, vez que sua presença e marca se colocam inscritas nas páginas das trajetórias biográficas da vida de cada um. Essa ideia depõe a favor de que a educação é algo socialmente concreto, evidente em sua existência efetiva, empiricamente posta, vez que ela se põe na realidade fenomênica do cotidiano das biografias de cada uma das pessoas, historicamente situadas e circunstanciadas, na sociedade em que vive.

Isso demonstra o fato de que há uma relação implicada entre o indivíduo concreto e seu grupo social. Esse pressuposto se apresenta, para Karl Mannheim, como forma de evidência que mostra a educação como um fenômeno social, cuja dinâmica é, marcadamente, comunitária. Essa premissa é assumida por Karl Mannheim na própria definição do que seria, para ele, a educação, enquanto estrutura social particular.

Por fim, o quarto desdobramento que pinço refere-se à função social e histórica da educação, intimamente conectada com o caráter estratégico de emprego da prática educativa como ação estruturante da sociedade. Função que, na ótica de Karl Mannheim, se efetivaria por meio da intervenção política planejada da formação democrática da individualidade da pessoa e da coletividade que integra (Mannheim, 1982, Cap. III).

Assim sendo, a educação participaria do desenvolvimento planejado de uma ideologia e utopia democrática que teceriam os modos de vida comunitário das novas gerações e das relações sociais estruturantes da sociedade, contribuindo, assim, com na

construção e constituição de uma cultura alicerçada no respeito a liberdade e a diferença, na convivência pacífica e na resolução dos problemas existenciais e coletivos, antigos e emergentes, de maneira responsável e democrática.

Com efeito, a democracia seria, para Karl Mannheim, uma estrutura a ser construída como um aspecto essencial da organização social contemporânea e, portanto, da formação da cidadania, o que representaria um modo de sociabilidade dos mais desenvolvidos historicamente. Superiores, por exemplo, às formas históricas do nazismo alemão e do fascismo italiano, que emergiram em determinado tempo e lugar, interditando a liberdade de pensamento, negando a diversidade cultural e impedindo a convivência pacífica e fraterna entre os diferentes, politicamente situados em lugares ideológicos antagônicos e díspares.

Assim sendo, a democracia, enquanto estrutura social, atravessaria todas as configurações particulares das relações e organizações dos grupos sociais existentes. Isso viabilizaria a instauração de um espaço de experiências educativas, visando a aprendizagens democráticas, concretamente vivenciadas nas interações intersubjetivas que instituem e estruturam o funcionamento e o modo de ser geral da sociedade e da particularidade de cada um de seus grupos sociais.

Experiências, práticas e aprendizagens democráticas que definiram as linhas do horizonte da ação educativa planejada a ser efetivada em diferentes espaços sociais formativos do indivíduo e das relações estabelecidas entre eles e seu grupo, bem como do jogo de interação que ocorre entre os próprios grupos sociais existentes e coexistentes no mesmo espaço de temporalidade histórico-social presente e futuro.

Na ótica sociológica de Karl Mannheim, isso seria possível, pois o indivíduo e o grupo social, implicados, compartilhariam e construiriam, comunitariamente, a democracia, como um valor supremo, enquanto ideologia e utopia coletiva. Ou seja, como algo comum a ser usufruído, aprendido, almejado e instaurado subjetiva e objetivamente, por meio da mediação de todos os elementos culturais, pertencentes ao grupo particular e à sociedade em geral, de que fazem parte.

O exemplo da instituição planejada da democracia seria uma forma de ilustrar a função social e histórica da educação, enquanto uma prática social estruturante da

sociedade. Democracia que somente se efetivaria na relação intrínseca, implicada e comprometida, construída de forma planejada, de modo que o indivíduo, o grupo e a sociedade seriam copartícipes desse processo cultural e histórico.

Portanto, o grupo e a sociedade, concebidos assim, estariam simultaneamente implicados e imbricados científica e democraticamente, como espaços e agentes educativos. Construtores de experiência e vivências concretas, coletivas e cotidianas, baseadas na ação planejada da democracia, enquanto ideologia e utopia compartilhada. Desse modo, para o autor, os lugares, por excelência, da educabilidade do indivíduo e do coletivo seriam sempre comunitários. Aqui, reside o caráter lato, isto é, social e histórico, da definição de educação para Karl Mannheim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter social da educação, anotada na partilha coletiva de sua existência, aponta, portanto, que o saber que se tem em comum sobre ela, ou seja, tudo o que é possível de se dizer a seu respeito, saberes postos e dispostos comunitariamente que podem ser acionados para testemunhar a seu favor, resulta de múltiplas vivências, concretas e coletivas.

Vivências que temos em diferentes lugares de aprendizagem, a exemplo da família, da escola, do mundo do trabalho, dos espaços de lazer e de entretenimento, dos lugares de imersão na tradição religiosa e nos envolvimento com questões ideopolíticas, sejam elas advindas das conjunturas periódicas de eleição, ou dos efeitos que sentimos e observamos em razão da implementação de políticas públicas governamentais.

Do exposto, desdobra-se a ideia de que a experiência educativa seria a expressão fenomênica de uma estrutura particular vivida por alguém sempre imerso, envolto, implicado na dinâmica de determinados grupos sociais, que proporcionam ao indivíduo contato de algo em comum e cuja partilha ocorreria no cotidiano de situações e circunstâncias concretas. Neles e nelas, os indivíduos seriam educados.

É, precisamente assim, que a educação se afirmaria como uma estrutura, ou seja, como algo socialmente instaurado, construído e compartilhado, coletiva e comunitariamente na sociedade. Assim sendo, Karl Mannheim assume o entendimento

de que, de um lado, seria na cotidianidade das vivências comunitárias que os indivíduos elaboram suas percepções e opiniões acerca da educação; de outro, que é no fato de seu pertencimento ou envolvimento, enquanto indivíduo, em determinados grupos, que se encontra a origem social do saber que se tem individualmente, assim como a gênese social do aparecimento e a constituição de um determinado senso comum sobre o que se sabe acerca do que ela seja. O fenômeno é, à primeira vista, o modo como a estrutura da educação se manifesta para o indivíduo.

Baseando-se na certeza empírica de sua experiência, o indivíduo se coloca a respeito dela, como sendo uma dentre as muitas determinações constitutivas da realidade. Ou seja: como uma estrutura que aparece para ele, enquanto um fenômeno, marcadamente subjetivo e objetivo. Subjetivo porque cada indivíduo, mesmo a vivendo coletivamente, tem percepções e opiniões diferentes a seu respeito, graças às implicações que a educação deixou em sua formação pessoal. Objetivo porque constata e testemunha a existência concreta e cotidiana da educação, cuja vivência se põe como individual, mas, também, como, indiscutivelmente, compartilhada coletivamente por várias pessoas, vinculadas e situadas em determinados tempos e lugares sociais de aprendizagens.

Enquanto parte do todo social, verifica-se que a existência efetiva da educação se desdobra em, pelo menos, duas maneiras significativas: uma conservadora, quando, ao se configurar como uma estrutura particular da estrutura geral da sociedade, tende a guardar em si os traços gerais da sociedade da qual faz parte, em relação a qual constitui seu conteúdo e forma de ser social e histórica. Ilustrativamente, caberia, aqui, o uso da metáfora do espelho para reconhecê-la como uma espécie de reflexo do que define a sociedade que ela integra.

Outra maneira seria a de que seu caráter conservador caminha junto com sua dimensão desenvolvimentista. Isso significa dizer que, embora seja, em certa medida, uma espécie de reflexo particular da generalidade da sociedade, a educação também se apresenta como sendo uma força produtiva, que, contraditoriamente, interfere na dinâmica e na constituição do rumo da própria sociedade de que é parte, desenvolvendo-a, aprimorando-a, assim como resistindo a determinadas tendências históricas e modos de existência socioculturais ultrapassados do ponto de vista ético, político e econômico.

Em conformidade com a linha de argumentação exposta, pode-se dizer que a ideia da educação como parte integrante da sociedade se põe diante de nós como um fato que nenhum argumento refutaria, pois tal ideia se configura como a essência de algo cuja existência corresponderia à realidade fenomênica da experiência imediata. Por isso mesmo, a estrutura da educação se apresenta como um fenômeno real, facilmente verificável e demonstrável.

Portanto, o caráter real, existente e concreto da educação, frisemos, apresenta-se como algo evidente, íntimo e empiricamente envolto na vida cotidiana de qualquer pessoa. Algo observável e perceptível a olho nu na própria experiência cotidiana de cada um. Razão pela qual cada um de nós teria muito o que dizer sobre ela, ao tempo em que o que disséssemos indicaria uma possível ideia comum a seu respeito.

Nota-se, pelo exposto, que conceber a educação como parte constituída e constituinte da sociedade não seria uma novidade da investigação sociológica. Muito menos, ainda, um modo singular da análise de Karl Mannheim. Isso porque, em certa medida, tal ideia já se encontra posta nas considerações objetivas que são feitas acerca da educação, sejam elas inspiradas na empiricidade cotidiana do saber do senso comum, sejam elas fundamentadas na análise e na descrição sistemática da sociologia, a qual examina, metodicamente, a educação como algo em íntima conexão com outras formações sociais existentes ao longo da trajetória pessoal do indivíduo e da histórica social. Com efeito, esse é um ponto de vista presente na perspectiva científica da sociologia, seja qual for a abordagem que se tenha sobre a educação.

Pelo exposto em nosso estudo e reflexão, a premissa da obviedade anunciada anteriormente, vivenciada cotidianamente pelos indivíduos, é confirmada e explicitada sociologicamente. Ao assumir esse pressuposto, Karl Mannheim constrói seu entendimento mediante o exame acurado do caráter fenomênico da educação, presente no senso comum. Mediante o acesso do senso comum, é possível, a partir dele e para além dele, que se corrobore, explicita, explique, reconheça-se e conheça a existência da educação como uma estrutura social determinada.

Com efeito, a estrutura é testemunhada tanto pela vivência individual, quanto coletiva. Vivências essas, frisa-se, sempre efetivadas, em circunstâncias peculiares, em

determinados grupos sociais e no complexo de interações que se estabelece entre indivíduos, grupos e sociedade. É no lócus desse espaço coletivo e comunitário, social e histórico, que a educação acontece e cumpre sua função cultural para com a formação societária do indivíduo, das gerações e das relações que a tecem e constituem.

ABSTRACT

There are several classical and contemporary conceptions and ways of approaching education. Within this theoretical framework, we find Karl Mannheim's sociological point of view. Based on this perspective, the purpose of this text is to communicate the systematization of some notes and reflections resulting from the study of education by this researcher. The examination of the author's contributions regarding education, as a phenomenon that integrates the social and historical structure of society, shows that, from a sociological perspective, problematizing it presupposes adopting some strategies. In the case of this study, I followed the following: first, I sought to understand and indicate certain parameters that guide and support the sociological thinking of the researcher in question. Next, I considered the idea that education is, for the author, a constituted and constitutive part of society in general. And, finally, I pointed out that, for him, education is effective in the concrete interaction between the individual and the group to which he belongs. In the light of Karl Mannheim, therefore, I found that education is, par excellence, an everyday, immediate experience, always lived in community. It would be precisely in this place that both the individual can personally and subjectively recognize, and sociology can methodically recognize, the effective presence of formative educational processes, as a relevant social structure, defining the individual and collective existence of people and society.

Keywords: Education. Sociology of education. Karl Mannheim.

REFERÊNCIAS

- DEWEY, John. *Vida e educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- MANNHEIM, Karl. *Introdução à sociologia educacional*. 3. ed., São Paulo: Cultrix Editor da Universidade de São Paulo, 1974.



MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MANNHEIM, Karl. O problema de uma sociologia do conhecimento. In: BERTELLI, Antônio R.; PALMEIRA, Moacir G. S.; VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). *Sociologia do conhecimento*. Tradução de Mauro Gama e Ina Dultra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974a, p. 13-80.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. Tradução de Roberto Cambini. São Paulo: Perspectiva Editora da Universidade de São Paulo, 1974b.

MANNHEIM, Karl. Sociologia. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Mannheim*. Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.